



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Gestão Estratégica  
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados  
Câmara Temática de Tecnologia da Informação

## ATA DE REUNIÃO

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro do ano de 2024, às 10h00, na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na Sala 214, Sala de Reuniões da SSC, Bloco F, Anexo A, Esplanada dos Ministérios, realizou-se a 4ª Reunião da Câmara Temática de Apoio à Governança de Serviços Compartilhados de Tecnologia da Informação - CTTI, sob a Presidência do Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, com o comparecimento dos membros da CTTI e demais convidados, conforme listas de presenças anexas (46480429 e 46480907).

### I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta pelo Presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor de Tecnologia da Informação, que iniciou apresentando-se, cumprimentando os presentes e destacando que alguns assuntos que serão tratados na reunião serão para serem tratados ainda neste ano, mas os demais serão para dar continuidade ou iniciar no próximo ano. Dadas essas palavras iniciais, apresentou a pauta com os seguintes itens:

1. Contrato da central de serviços: como funciona n1 e n2;
2. Etir - ColaboraGov;
3. Gestão orçamentária - rateio de despesas;
4. Trabalho de convencimento sobre o ColaboraGov; e
5. Necessidade de normatização do uso de IA e possibilidade de disponibilização de solução única para o ColaboraGov.

### II. APRESENTAÇÕES PARA DISCUSSÃO

#### Item 1. Contrato da central de serviços: como funciona n1 e n2

O Presidente iniciou o tema esclarecendo que os órgãos do ColaboraGov originários do extinto Ministério da Economia são abrangidos por um contrato de centrais de serviços, prestado pela empresa Central IT, e alguns outros órgãos possuem seus próprios contratos com atendimentos similares. No entanto, desde o início deste segundo semestre, a DTI tem trabalhado fortemente numa nova contratação, focado no n1 e n2, voltado para todo o ColaboraGov. Na sequência, passou a fala ao Sr. Alisson Neres Lindoso, Coordenador-Geral de Relacionamento em Serviços Tecnológicos, coordenador desse novo formato de contratação.

O Sr. Alisson Lindoso esclareceu que há dez meses a DTI organizou-se para ter uma Coordenação-Geral específica para cuidar de temas como recursos e suporte ao usuário; que no desenho originário do Ministério da Economia, o contrato ainda atende nove dos treze ministérios; que essa

expansão do ColaboraGov consta como iniciativa na EFGD e assim, foram desenhadas metas factíveis, que posteriormente serão divulgadas, de modo que para o próximo ano espera-se estar com doze ministérios significativamente suportados; que, no final, a iniciativa tem como objetivo alcançar quinze órgãos, treze Ministérios mais a ENAP e o ITI; que haverá o momento de implantação, quando será feita a coesão do novo serviço com o atual, não estando previsto rupturas, descontinuidade e nem mudanças radicais. Além disso, esclareceu que está sendo conectada essa iniciativa específica com uma maior, que é desenhar solução de central de relacionamentos para atendimento às várias Secretarias do MGI, basicamente os órgãos centrais, envolvendo SGD, SGP, SEGES, SPU, SSC, que englobe o atendimento do Gov.br, envolvendo dezenas de milhões de usuários; que numa terceira escala, estuda-se o atendimento a estruturantes e que dentro de um ano e meio, espera-se uma central unificada de relacionamento de todo o MGI, como Ministério central, com os vários órgãos centrais, com várias funções de suporte para a administração pública.

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

O Sr. Mário Rudá Pontes de Andrade, do Ministério do Turismo - MTUR, questionou se o n3 não seria contemplado nesse momento e lhe foi esclarecido que sim, a contratação seria completa, mas que ainda seria definido se seria colocado no mesmo item ou não.

O Sr. Daniel Moser Lopes, do Ministério da Previdência Social, questionou sobre a inclusão dos estados nesse contrato, sendo esclarecido que sim, que o contrato envolve todos os estados, uma vez que em todas as localidades tem unidades do MGI.

O Sr. Douglas Pereira Lucas, do Ministério do Esporte - MESP, questionou sobre o escopo e foi-lhe esclarecido que os escopos ainda estão sendo fechados, com a previsão de, no início do segundo semestre do ano que vem, serem liberados, podendo esse prazo ser reduzido.

O Sr. Guilherme Augusto S. Ribeiro, do Ministério do Esporte - MESP, perguntou se os canais de atendimento *chat bot* serão focados no atendimento ao público externo, ou se existe uma previsão de sanar questões internas relacionadas aos servidores. Foi-lhe esclarecido que sim, uma vez que o usuário pode ser atendido de várias formas, seja como servidor ou cidadão, por isso está sendo chamando de uma central de atendimento unificada.

### **Item 2. Etir - ColaboraGov**

O Presidente do Colegiado iniciou esse tema tratando sobre as indicações solicitadas para construção desse modelo, fruto dos encaminhamentos da última reunião, destacando estar faltando apenas receber a indicação do Ministério do Esporte. Esclareceu que espera-se que a construção da estratégia de uma Etir do ColaboraGov seja feita de forma colaborativa, uma vez que a segurança da informação é de cada Ministério; que há situações em que o serviço envolve o próprio MGI e há situações em que se precisa fazer o link com cada atividade, com cada processo de infraestrutura de serviço, momento em que envolve os próprios Ministérios; que nessa construção, precisa-se responder como se dará o processo do ColaboraGov de forma articulada com as demais Unidades do MGI; que, para isso, faz-se necessário o apoio de todos os órgãos envolvidos; que o foco é trabalhar em papéis, responsabilidades, definir até onde vai uma Etir e até onde vai a outra, ou seja definir qual seria o formato adequado. Reforçou a importância de trazer a SGD para apoiar essa discussão. Por fim, enfatizou que tem que se pensar não apenas em Etir, mas na segurança da informação como um contexto maior e que depois de trabalhar o tema da Etir, faz-se necessário evoluir para outros temas que envolvem a segurança de informação, a LGPD e outros temas relacionados.

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

O Sr. Luciano Franceschi de Azevedo, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, questionou se órgãos pequenos seriam dispensados desse modelo, alegando que por ser um Ministério pequeno, conseguiriam construir apenas uma Etir de colaboração, fortemente acoplada com a Etir da DTI, que, como colaborador, detém toda a infraestrutura. Foi-lhe respondido que esse é o motivo da necessidade de colocar essa discussão em pauta e de trabalhar

em conjunto. Sem dúvida, o MGI por administrar os recursos tecnológicos não tem como ficar de fora, mas é importante entender as fronteiras, até que ponto cada um consegue e pode atuar.

O Sr. Daniel Lopes (MPS) compartilhou que seu órgão já é apoiado pela Etir do Ministério do Trabalho e que eles fazem o acompanhamento dos incidentes junto com eles e em conjunto com a Etir da DataPrev e do INSS. Assim, o MPS consegue fazer esse acompanhamento de saber onde está o usuário, qual a área afetada, entrar em contato se precisar, mas as medidas técnicas de contenção e prevenção são realizadas pelo Ministério do Trabalho.

O Sr. Luciano Azevedo (MEMP) ainda reforçou que cada Ministério atua num cenário, ora utilizando a infraestrutura da SSC, ora a do Serpro e, desse modo, a Etir teria que atuar em todos essas vertentes.

A Sra. Maria Clotilde Prado, Coordenadora-Geral de Serviços e Recursos Tecnológicos, esclareceu que quando se fala de um incidente de segurança, é normal associar com a área de infraestrutura e está correto pensar assim, uma vez que boa parte dos processos são tratados pela infraestrutura; que no caso de um incidente de vazamento de dados, é essa área que vai fazer a contenção daquele incidente, descobrir por onde houve o vazamento. No entanto, esclareceu que quem vai tratar as questões relacionadas com a informação e com o vazamento, não é a área de infraestrutura, nem o MGI, mas o Ministério que trata aquelas informações e, por isso, tem que ter uma Etir específica em cada Ministério, que é essa Etir complementar, e que efetivamente deve estar fortemente conectada à Etir do MGI.

O Sr. Daniel Lopes (MPS) complementou que depois devem ser discutidos os fluxos, saber quem comunica o CISC (Centro Integrado de Segurança Cibernética do Governo Digital), quem comunica a Polícia Federal, quem aciona o Encarregado de Dados Pessoais para tratar com a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados). O Presidente confirmou e reforçou a necessidade de definir os papéis e responsabilidades, como havia falado anteriormente.

### **Item 3. Gestão orçamentária - rateio de despesas**

Sobre a gestão orçamentária, o Sr. Rogério Nogalha esclareceu que o objetivo desse tópico é apresentar o fluxo que foi definido internamente na DTI, uma vez que, com o fechamento do exercício, é importante compartilhar na Câmara como internamente está sendo tratada a gestão orçamentária no que se refere ao rateio das despesas. Relembrou que, no ColaboraGov, a SSC centraliza, apoia os órgãos, provê o planejamento, faz a provisão e o suplemento do serviço. Mas, no que se refere a orçamento, cada um tem a sua individualidade orçamentária. No entanto, o MGI busca transformar esse processo numa plataforma compartilhada, entregando aos órgãos os recursos e tratando as questões de despesa. Assim, a SSC tem conhecimento do orçamento de cada órgão, para onde é destinada a despesa, principalmente dos que vieram do Ministério da Economia, mas também, gradativamente, dos novos integrantes. É um modelo que a SSC já tem experiência e, dessa forma, o órgão tem a segurança de que seu orçamento vai para uma despesa que realmente solicitou e que foi por ele autorizada. Esse é o formato já estabelecido. Porém, faz-se necessário apresentar qual é o planejamento da despesa para que os órgãos encaminhem o orçamento ou realizem o ressarcimento de alguma despesa, referente a algum rateio específico.

Passada a palavra ao Sr. Uender Ferreira Amaral, Coordenador-Geral de Contratos e Aquisições de TI, ele destacou que há dois tipos de contratos, os contratos de TI, que são tratados na CTTI, e os contratos de logística. Esclareceu que a gestão e a execução desses contratos tem um fluxo um pouco diferente; que, no que se refere aos contratos de TI, as fases de execução do orçamento, do pagamento e de rateio da cobrança estão sendo conduzidas pela DFC, mas a fase de planejamento da contratação é realizada pela DTI, quando são solicitados os quantitativos; que nessa fase, já é possível ter um indicativo do custo daquele contrato; que a DTI tem como regra a criação da demanda e a criação da OS; que no ato da aprovação da ordem de serviço, faz-se, necessariamente, a indicação dos empenhos, facilitando o rateio; que no Contratos gov.br tem um modo mais específico de fiscalização em gestão de contratos; que esse modo gerencia toda a parte de gestão e execução e vínculo dos empenhos nos contratos; que ele já está ativo, já está em produção e já pode ser utilizado, não apenas para os contratos de TI, mas para qualquer contrato interno do órgão; que as OS dos contratos da TI já estão sendo lançadas nesse sistema. Esclareceu,

ainda, que lançar uma demanda é diferente de lançar uma OS; que a ordem de serviço só é aprovada mediante a indicação de empenho, o que facilita o rateio; que é através dessa informação que é informado para DFC quantas licenças o órgão está consumindo da Microsoft, de Project, do Office e assim sucessivamente; que, por outro lado, está sendo criada uma metodologia própria para os serviços comuns - como internet e infovia, abrangidos pelo contrato do Serpro. Esclareceu, ainda, que, até o momento, a DTI tem honrado esses compromissos, mas para 2025, a intenção é que todos os órgãos honrem com seus compromissos, com as suas despesas, seguindo o fluxo estabelecido; que a DTI não irá cobrar, uma vez que esse papel é da DFC, mediante um planejamento prévio acordado com os órgãos; que, na prática, mesmo sistemas estruturantes hoje que estão na Dataprev e no Serpro, só são disponibilizados mediante a cobertura orçamentária e contratual e a capacidade do Serpro de atender. Por fim, enfatizou que havendo dificuldade orçamentária, é interessante que o órgão converse muito antes, porque as ordens de serviço só serão autorizadas mediante essa cobertura contratual.

O Presidente retomou a palavra e complementou esclarecendo que o princípio adotado é o "pré-pago", apresenta-se o orçamento, tem-se o serviço entregue. Esclareceu que a Ordem de serviço é dentro do orçamento disponibilizado; que, no caso de situações atípicas, a SSC pode conversar diretamente com cada Unidade, cada Secretaria, para ajustar e apoiar nesse sentido; que, por determinação do Secretário, é a DFC quem entrará em contato com a área financeira de cada órgão. Entretanto, esclareceu que, na CTTI, será mantido o acompanhamento diretamente com cada órgão, a gestão da despesa do rateio, com toda transparência, sempre à disposição, no que precisarem.

O Presidente informou, também, que está sendo providenciado o envio de um pedido de encaminhamento de orçamento aos órgãos do ColaboraGov; que essas despesas ficarão em restos a pagar para que seja executado no ano que vem; que a DTI está fechando os restos a pagar, com previsibilidade de despesa até março e que o orçamento deve ser encaminhado para que ele possa ser reforçado até março e as despesas sejam executadas naquele período.

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

O Sr. Mário Rudá Andrade (MTUR) perguntou qual seria o fluxo após a solicitação no Compartilha Serviço, uma vez que por já existir alguns contratos assinados, como o licenciamento de design e a contratação de notebook, o Ministério abriu uma demanda e gostariam de saber quais os desdobramentos, se o órgão será comunicado dentro da própria ferramenta, como será o contato com os fiscais do contrato no MGI e se haverá nomeação de fiscais setoriais na ponta. Foi-lhe esclarecido que está sendo estruturado o processo para que o rateio aconteça para tudo, para todas as soluções e recursos tecnológicos que a DTI provê; que a ideia do "pré-pago" é permitir que o órgão seja atendido, via Compartilha Serviços, no ato da solicitação, sem precisar desdobrar nada; que, contratualmente, seria a emissão da ordem de serviço; que, de qualquer modo, tem-se discutido como aprimorar, tendo uma ordem de serviço com escopo predefinido, mais ou menos como é feito com produções especiais; que, em alguns casos, não será necessário que os órgãos sejam fiscais, como se tem estudado para impressões, computadores e outros casos, cabendo ao MGI a fiscalização, de modo que as equipes de TI dos órgãos não sejam oneradas; que vai ter demandas que o objeto já existe, está disponível, como nos objetos do Serpro, da Dataprev; que, nesse caso, o órgão será instado a fazer parte da equipe de fiscalização do contrato; que, uma vez fazendo parte da fiscalização, o órgão têm autonomia para abrir as demandas, estimar e abrir as ordens de serviço e a parte orçamentária de empenho vem no ato da abertura da ordem de serviço; que, não havendo objeto, teria que esperar uma próxima IRP; que, nesses casos, o time de relacionamento vai informar, que o objeto não está disponível e que esse tempo de atendimento costuma ser maior, no mínimo 6 meses, mas pode ser reduzido a depender de cada caso.

Questionado sobre a necessidade de se fazer um alinhamento sobre esses fluxos com a área orçamentária, foi esclarecido que a DTI já tem esse alinhamento com a DFC, e essa metodologia está sendo apresentada para todas as outras Diretorias e, para isso, foi desenvolvido o módulo de OS, para que os órgãos tenham essa visão, estando a TI à frente desse processo.

#### **Item 4. Trabalho de convencimento sobre o ColaboraGov**

O Presidente da CTTI iniciou o tópico esclarecendo que esse assunto foi apresentado como solicitação de pauta na última reunião. É um tema que não se restringe à TI, mas a outras dimensões, como logística, pessoas e outras áreas.

Passada a palavra à Sr<sup>a</sup>. Ivelise Carla Vinhal Lício, Coordenadora de Arquitetura Corporativa, ela esclareceu que esse tema foi uma solicitação de pauta apresentada pelo Ministério das Mulheres, justamente por conta da dificuldade de estar levando questões sobre o papel e a importância do ColaboraGov para a Alta Gestão. Ressaltou que o objetivo desse tópico seria abrir uma conversa para entender como poderia ser conduzida essa questão, sugerindo, a partir de painéis, estruturar uma conversa com base em evidências, números, indicadores, a fim de ser feito um trabalho consistente de convencimento junto às lideranças.

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

O Sr. Clelson Salles Rodrigues, do Ministério das Mulheres, esclareceu que a motivação para apresentar esse ponto de pauta foi em virtude da angústia da alta liderança do Ministério de não estar percebendo as entregas, havendo críticas sobre a lentidão, uma vez que se pedia há mais de um ano e não se via o contrato sendo realizado. Entretanto, chegando o final do ano, esse sentimento foi diminuindo, uma vez que começaram a perceber algumas entregas, no volume que se prometia. Nesse cenário, a TI do Ministério sentiu essa necessidade de que houvesse mais alguém, além da TI, fazendo essa argumentação e a defesa do ColaboraGov: o que é, como funciona. Assim, a proposição foi realizada com a intenção de receber esse reforço do MGI.

Sobre esse apelo, o Sr. Alisson Lindoso, esclareceu que o ColaboraGov possui várias camadas e que existe um comitê, composto pelos Secretários-Executivos, onde é trabalhado esse conceito como um todo, possuindo uma dinâmica similar ao que é conduzido na Câmara, com pautas trazidas pelos próprios membros e pautas apresentadas pela SSC. Mas, como encaminhamento, pode-se pensar para o próximo ano, no mês de fevereiro, um evento, formatado pelos membros, que envolva os vários níveis de gestão, com um bate-papo, uma apresentação, podendo ser também individual. Foi reforçado, que qualquer órgão pode, a qualquer momento, solicitar essa demanda pra DTI. E, se precisar do apoio da DTI para tratar algum caso específico, a Diretoria estará sempre disponível.

O Presidente reforçou que o ColaboraGov começou efetivamente este ano e que se busca com esse espírito de compartilhamento atender a todos, conhecer as dificuldades e procurar suprir a camada do suporte, para que as áreas de TI dos órgãos possam estar mais próximos do negócio e muito mais próximos de mudar a realidade daquele órgão com a tecnologia, com uma visão digital, principalmente para as áreas que envolvem o social. Esse é um assunto que a tecnologia pode ajudar e o papel da DTI é esse, ser transparente e entregar o mais rápido possível.

#### **Item 5. Necessidade de normatização do uso de IA e possibilidade de disponibilização de solução única para o ColaboraGov.**

Adentrando ao último ponto da pauta, o Presidente convidou o colegiado para que, de forma unificada e colaborativa, pensasse no que a IA e outras soluções muito próximas de realidades como essa podem transformar, destacando como ponto principal conhecer o quanto dessas ferramentas já estão inseridas no nosso meio, não tratando apenas de uso de uma ferramenta de IA, mas também de robotização, de RPA, de *machine learning*, bem como outras técnicas e evoluções para que englobem tudo isso.

Nesse momento a Sra. Ivelise Lício pediu a palavra para informar que já existe um movimento no MGI, encabeçado pela SGD, de levantamento de iniciativas de IA e de prospecção; que foi criado um núcleo de IA na SGD, onde já está desenvolvendo quatro projetos pilotos no âmbito do MGI; que, no entanto, não são ferramentas para o MGI; que um dos critérios de priorização é a escalabilidade e usabilidade para poder estender para administração pública inteira; que é um piloto para depois compartilhar com os demais órgãos; que um dos projetos é o desenvolvimento de uma ferramenta similar ao chat TCU, para atendimento interno e externo; que, nesse cenário, a DTI, como secretaria-executiva do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação, em articulação com a SGD, vai instituir um Grupo

de Trabalho, no âmbito daquele colegiado, para que se possa escrever, desenhar, pensar uma estratégia de IA para o MGI. Ressaltou ainda que, apesar da ansiedade do uso dessa tecnologia, é importante pensar como podemos regular, definir a forma como isso vai ser usado, como pode ser institucionalizado. Por fim, ressaltou que quando houver uma segurança de uso, esses pilotos serão disseminados para os demais órgãos.

Retomando a palavra, o Presidente agradeceu a contribuição e também destacou que o MGI está com iniciativas voltadas para a Governança de Dados, lembrando a Semana de Governança Digital, onde também foi falado sobre IA, além de outras iniciativas já em curso no MGI. Reforçou que não há como falar em IA sem ter uma governança de dados estabelecida. Assim, com o comitê de governança digital do MGI, está sendo estruturada essa temática e que, na reunião agendada para esta semana, serão encaminhados para deliberação, resoluções que serão disponibilizadas como referência para os demais órgãos do ColaboraGov. Ressaltou, ainda, que a DTI está muito próximo à SGD e que pode fazer esse meio de campo com os órgãos junto àquela Secretaria.

#### PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

O Sr. Daniel Lopes destacou duas situações que envolvem essa temática. Primeiro, refere-se à produtividade dos colaboradores. De modo geral, todos querem usar e em qualquer treinamento se fala de IA. Pontuou que com a contratação do Microsoft Copilot já teria uma ferramenta para colocar para uso, de forma oficial. A outra situação que quis destacar, refere-se aos projetos corporativos com IA. Questionou qual a ferramenta poderia ser utilizada para esses projetos, destacando que seria importante definir essa ferramenta junto com as fábricas de software e com as empresas públicas. Além disso, destacou os utilitários, se vão ser autorizados e se já pode utilizar. Sugeriu que fosse feita uma lista de utilitários homologados para que os colaboradores já possam utilizar, enquanto sai a normatização.

O Presidente confirmou que esse é o objetivo da reunião, que a discussão é para chegar nessas definições. Ressaltou que, havendo políticas estabelecidas sobre governança e gestão de IA, serão encaminhados aos órgãos do ColaboraGov, para que cada um possa, dentro da sua autonomia, validar e implementar suas próprias políticas internas.

Um dos presentes compartilhou que, com relação aos utilitários de reunião, no seu órgão bloquearam tudo, por entender que se trata de uma IA, que não se sabe onde está hospedada e que fica extraíndo dados do Ministério para algum lugar externo. Como solução aos usuários, foi apresentado o Teams, que tem a sua própria IA dele e pode fazer o mesmo papel com a transcrição e a gravação de reunião. Compartilhou também que será encaminhado um comunicado interno no órgão proibindo esse tipo de IA. Mas reconheceu ser um trabalho constante, já que é uma praga, bloqueia uma e logo aparece outra.

O Sr. Daniel Lopes (MPS) contribuiu dizendo que essas ferramentas entram na reunião, enviam resumo para todos, sem avaliar se é uma reunião sensível. Falou também que para ser efetivo, teria que ser o Teams Premium, pois tem essa funcionalidade de gerar ata com sugestões. Seria o caso de também entrar na contratação juntamente com o Copilot. Concluiu dizendo que, com essas medidas, teríamos uma ferramenta institucional e a conscientização dos colaboradores, definindo para eles o que pode e o que não pode usar.

O Presidente retomou a palavra reforçando que esse é o ponto que tem que ser tratado na Câmara e que se trata de mais um assunto sensível e estratégico, que envolve todos do ColaboraGov.

Na sequência, passou a palavra para o Sr. Luiz Augusto Fonseca Monfardini, da SGD, para trazer alguns informes. Primeiramente, ele esclareceu aos presentes que a SGD incluiu no questionário de alto diagnóstico mais questões sobre IA. Nessas questões, foram incluídas algumas que vão ser usadas como insumo desse grupo de trabalho. A ideia é justamente levantar os projetos que estão sendo desenvolvidos em todo SISP e utilizar essas informações como referência para poder traçar uma estratégia. Informou que houve resposta ao diagnóstico de mais de 80% dos órgãos, mas ainda tem quase 20% que não responderam. Esclareceu que, há aproximadamente um mês, foi feita a alocação das GSISPs aos órgãos e na portaria do Diagnóstico há um vínculo da reposta ao diagnóstico com a alocação das GSISP. Assim, quem não responder ao Diagnóstico corre o risco de ter as GSISPs retornadas e não é o que se deseja. Assim, para aqueles que ainda não responderam ao Diagnóstico, reforçou a necessidade de fazê-lo. O segundo informe

tratou da hospedagem dos dados de IA. Informou que houve uma reunião do CISCO, na semana passada, onde o Secretário da SGD fez uma apresentação, estando presentes a própria Ministra e representantes do Serpro e da Dataprev, em que essas empresas mencionaram que já estão com compras em andamento de equipamentos de nuvem da Google, da Oracle, da Huawei e da AWS. Além disso, a Microsoft, que antes não acreditada na estratégia de nuvem do governo, mudou de ideia e já chamou para conversar, apresentando uma proposta de equipamentos hospedados nas empresas públicas. Enfatizou que tendo todos os dados hospedados em empresa pública, resolveria a questão de onde esses dados estão sendo processados e de quem está tendo acesso a esses dados. Esclareceu que é provável que no semestre que vem já se tenha todas essas questões endereçadas. Informou, ainda, que no início do próximo mês, será publicado o primeiro catálogo de serviços de nuvem de governo e que ele será bem completo. Além disso, informou que o Secretário de Governo Digital anunciou uma negociação com um preço bastante razoável, que foi de dois reais e trinta, preço máximo de contratação para unidade de serviço de nuvem. Esclareceu, ainda, que com o dinheiro que as empresas estavam guardando em caixa para privatização, havendo a mudança do governo, a orientação foi de utilizar esse dinheiro para investimento e alguns desses investimentos foram utilizados para aquisição de equipamentos. Logo, Serpro e Dataprev não estarão atuando como broker. Eles compraram os equipamentos. Não é uma pré-locação ou sublocação do serviço de nuvem. Esses equipamentos estão sendo instalados dentro do datacenter do Serpro e da Dataprev e foram comprados com suporte técnico. Ou seja, as empresas públicas vão prestar o serviço de nuvem para o governo diretamente, com equipamentos próprios, diferente do que tinha sido prestado até o momento. Esclareceu, ainda, que a nuvem de governo pressupõe o equipamento instalado dentro da empresa pública. Nesse caso, tem-se as equipes das empresas justamente para tratar a questão da segurança da informação, tratar como esse dados serão processados e tratados. Por fim, informou que, nessa negociação com a Microsoft, está sendo trabalhado para incluir a atualização das licenças Windows Desktop. Se tudo der certo, vai proporcionar aos órgãos do SISP um upgrade para o Windows 11, sem custo. Esclareceu que, como existem várias máquinas desatualizadas no SISP, buscou-se incluir esse ponto na negociação. Provavelmente no início do ano já haverá um cronograma para fazer essas atualizações e as quantidades que serão usadas na negociação são as quantidades informadas no formulário do alto diagnóstico, onde pergunta quantas máquinas estão com cada sistema operacional.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizado todos os pontos da pauta, o Presidente abriu para dúvidas e contribuições, momento em que vários assuntos foram abordados, cujo relato segue abaixo:

- Foi questionado como está o andamento dos contratos e o que realmente tem previsto para terminar até dezembro. Esclarecimentos: o contrato da videoconferência deve sair ainda esse mês. A DTI está fazendo o julgamento de um recurso, mas está bem adiantado. O contrato dos switches está com bastante risco de não sair em virtude de câmaras de alçadas para ser julgado, mas o desejo é que saia ainda este ano. O edital da Microsoft deve ser publicado ainda nesta semana, já foi para o jurídico e já passou nas câmaras de alçada, e é provável que seja assinado ainda neste ano. Há contratos que foram assinados recentemente, então já podem ser objetos de empenho. Para computadores e notebooks, tem atas que estão ativas. Parte do licenciamento Adobe também está ativo, ou seja, pode ser adquirido. Quanto ao demais contratos, existem de 50 a 59 contratos ativos, que podem ser objetos de empenho, conforme necessidade de cada um dos órgãos, envolvendo contratos de software, de altitude, de impressão, fora os contratos com empresas públicas. Com relação à impressão, o contrato antigo vence em dezembro, mas já estão sendo desativadas diversas impressoras. O contrato novo saiu num preço mais econômico do que o contrato atual, então é vantagem aqueles que estão com impressoras ativas fazerem a migração. Assim, quem já tem impressora no contrato anterior, já está no processo de migração automática para o novo contrato, devido a redução do custo.

- Sobre a nova fábrica de software, foi questionado se já foi assinada e se poderia ter uma OS aberta neste ano, aproveitando algum orçamento. Esclarecimentos: Está em vias de ser assinado. Deve acontecer ainda este ano. A minuta de contrato está com a nossa Diretora de Administração e Logística. Deve ser possível fazer empenho ainda este ano nesse contrato.

- Foram apresentados mais esclarecimentos sobre a contratação de nuvem orientando que não faz sentido ativar datacenters em cada estrutura, uma vez que a estrutura das empresas públicas foi criada para isso. Assim, a infraestrutura deveria estar dentro das empresas públicas. Elas foram criadas para serem as hospedeiras dos dados e não intermediárias, agora isso está sendo corrigido com essa grande aquisição. Já há a previsão de orçamento no PIB, de alto valor, para essa finalidade. Foi também destacado na discussão, vários casos de desativação de CPDs, como é o caso da Receita e da Fazenda. Há o caso do MDHC, de fazer a movimentação de alguns ativos para o CPD da DTI. No entanto, a DTI tem trabalhado na linha de que, sendo um sistema estruturante, que seja hospedado em empresas públicas ou na nuvem, naquilo que for possível. Não é recomendável que fique em um prédio da Esplanada. Foi reforçado ainda, que a manutenção de um CPD não é só adquirir equipamentos, é manter uma estrutura, fazer contratação de serviços n1, n2 e n3, mais robustos, e contratar profissionais do mercado.

- Sobre a virtualização foi esclarecido que o uso depende dos sistemas que a área utiliza. Têm sistemas que são muito sensíveis à latência. Se o sistema é muito sensível à latência, não dá pra pensar em virtualizar o desktop. Entretanto, se os sistemas não são tão sensíveis, como é o caso do SEI, o atraso de alguns milissegundos ou de dois segundos, não geram prejuízo ao trabalho. Há situações, que não é sistema, é entender se no dia-a-dia do usuário cabe o uso ou não da virtualização. Tudo isso está sendo analisado, além da questão do CPD. Outra questão que envolve a virtualização é sobre a central de compras. Nesse caso, foi encaminhado um pedido também para atender o ColaboraGov.

Encerrados os esclarecimentos, o Presidente do Colegiado, em sua fala de fechamento, agradeceu a presença de todos, incluindo aqueles que participaram remotamente, enfatizando que foi alcançada a meta de quatro reuniões no ano. Destacou também que foi um ano de aprendizado. E, para fechamento do ano, agradeceu a todos os colegas que participaram da Câmara durante esse período, ressaltando fortemente a esperança de ter um próximo ano de bastante sucesso.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11h:40 e lavrada a presente ata por Sued de Souza Lima Evangelista, da equipe da secretaria-executiva da CTTI, que após aprovada, será assinada eletronicamente pelo presidente do colegiado, Sr. Rogério Gabriel Nogalha de Lima, e disponibilizada no portal do MGI.



Documento assinado eletronicamente por **Sued de Souza Lima Evangelista, Assessor(a)**, em 11/12/2024, às 05:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gabriel Nogalha de Lima, Diretor(a)**, em 11/12/2024, às 22:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46480923** e o código CRC **CD256BC0**.